



Por um ensino mais adaptado aos que trabalham e estudam

No mundo atual onde existe uma maior globalização e rotatividade, tanto a nível de progressão de carreira, como de capacidade de informação e transmissão de conhecimentos, existem cada vez mais jovens a exercer a sua profissão e a estudar ao mesmo tempo para conseguirem acompanhar o avanço da tecnologia e informação mundial. Porém existem constantes entravos a esse tipo de ideologia e, em alguns dos casos, acompanhados com a falta de atualização legislativa.

É preciso uma revisão na lei de modo a que todos os trabalhadores-estudantes que ingressam nas faculdades em regime especial não sejam prejudicados após a mudança de trabalho ao precisarem de serem transferidos de faculdade. As transferências entre faculdades não podem ser ambíguas para o regime de m23 e para qualquer outro concurso especial de acesso. Defendemos assim, que as transferências entre faculdades após acesso através de concurso especial m23 passem a ter um concurso especial de transferência, devidamente justificado, para que todos os profissionais que tenham uma atividade sazonal e que necessitem de mudar de cidade, não estejam sujeitos à legislação interna e análise de cada faculdade.

No contexto atual, muitos estudantes acabam por desistir dos estudos pela complexidade e demora na análise de cada transferência.

As leis aplicadas a esta classe trabalhadora não devem ter sido alteradas a fundo desde o pré-bolonha o que prejudica o desempenho e o desenvolvimento pessoal de cada um. Um estudante que inicie o seu percurso laboral deve ter acesso imediato ao estatuto de trabalhador-estudante e não esperar pela entrega da declaração de rendimentos do ano seguinte! Para além disso, a avaliação contínua tem que ser distanciada totalmente da avaliação por exame tanto em regime de participação como de faltas.

Propomos assim que seja criado um gabinete de estudo de modo a que a legislação aplicada ao regime dos trabalhadores-estudantes seja estudada e adaptada ao contexto atual, reduzindo assim, a taxa de abandono escolar no ensino superior relacionado com este escalão, de modo a que Portugal se torne um país cada vez mais competitivo e qualificado.

Todos temos direito ao ensino e tem que ser uma prioridade do estado disponibilizar os meios necessários para tal!

Defendemos um futuro melhor de todos os jovens que tenham vontade é que acima de tudo se queiram informar e qualificar, de modo a que consigam tornar mais competitivos e empreendedores.

Viva o PS, viva Portugal.

Primeiro Subscritor: Rodolfo Caraméz militante nr: 112396